XVI ENANCIB 2015
Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes
26 a 30 de outubro - João Pessoa - PB

XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação **(XVI ENANCIB)**
ISSN 2177-3688

GT Nº 10 – Informação e Memória
Comunicação Oral

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA: O CUSTODIALISMO E OUTRAS DISCUSSÕES PARADIGMÁTICAS[1]

INFORMATION AND ARCHIVE MEMORY: THE GUARDIANSHIP AND OTHER PARADIGMATIC DISCUSSIONS

Valéria Silva Santos, UFPE
vjssantos@hotmail.com

Marcos Galindo Lima, UFPE
galyndo@gmail.com

Sandra Verríssimo Soares, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
sandra.verissimo9@gmail.com

Resumo: Esse artigo descreve a realidade da guarda memorial arquivística como prática social construída e as ressignificações culturais, dessa realidade, no tempo e no espaço da produção do conhecimento acontemporâneo. Descreve, contudo, o pensamento hegemônico da Modernidade na organização do conhecimento enfocando-o como motor do saber científico que ainda hoje traceja cultura de *praxis,* episteme e ontologia na preservação memorial mesmo diante de novas concepções, como a de memória disposta em rede de interoperação e colaboração. Esse estudo tem por objetivos qualificar recortes de práticas de custódia memorial, identificando permanências que podem levar esquecimento aos estoques arquivísticos memoriais e explora a concepção da estratégia de guarda – ao modo pós-custodial – Rede Memorial Pernambuco (RMP). A análise de conteúdo foi o método adotado para dar sentido ao significado dos dados, que ancorados na abordagem sociocognitiva, contemplando a complexidade da realidade da guarda memorial arquivística. Os instrumentos ataram os nós do método, para atender aos propostos como objetivos por meio de revisão bibliográfica interdisciplinar, documentação não verbal midiática e institucional e fragmentos de entrevistas não estruturadas. Os resultados apontam concomitante às parcimoniosas políticas públicas, às práticas arquivísticas custodialistas como dinâmicas sociais ainda em curso, mas com transito com estratégias de inovação técnica e lógica de preservação memorial da RMP. Considera-se que o Estado como "gestor maior" da memória, ausenta-se, apesar das ações descritas. Reflete-se ainda que não é senso comum a valoração da memória como bem patrimonial, nem tão pouco é a guarda ao modo pós-custodial como modelo adotado. A realidade, assim, expõe-se complexa à medida que se presencia o custodialismo como prática social, mas também há as articulações da RMP que, por meio dos

[1] O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

princípios norteadores, operam estrategicamente na preservação memorial arquivística, como expertise de mudança cultural.

Palavras-chave: Guarda memorial arquivística. Pós-custodialismo. Preservação Digital. Rede Memorial Pernambuco (RMP).

Abstracte: This article describes the reality of the guard archival memorial built as social practice and cultural means, that reality, in time and space of production of current knowledge. Describes, however, the dominant thinking of Modernity in the organization of knowledge focusing on it as an engine to scientific knowledge that today traceja praxis of culture, episteme and ontology in preserving memorial contemporary, even in the face of new concepts, such as arranged in memory network interoperation and collaboration. This study aims to qualify clippings memorial custody practices, identifying stays that can lead to forgetfulness memorials archival inventories and explores the design of the guard strategy - the post-custodial order - Network M.emorial Pernambuco (RMP). Content analysis was the method adopted to make sense of the meaning of the data, which anchored in the socio-cognitive approach, considering the complexity of the reality of the guard archival memorial. The instruments tied the knots of the method, to meet proposed as objectives through interdisciplinary literature review, nonverbal documentation media and institutional and unstructured interviews fragments. The results show concomitant public policies parsimonious at custodialistas archival practices like social dynamics still ongoing, but traffic with technical innovation strategies and logic memorial preservation of RMP. It is considered that the state as "the greatest manager" of memory, if absent, in spite of the actions described. It reflects although it is not common sense valuation of memory as well asset, nor is the guard post-custodial how the model adopted. The reality therefore is exposed complex as it witnesses the custodialismo as a social practice, but there is also the joints of the RMP that, through guiding principles, strategic operating in archival preservation memorial as cultural change expertise.

Keywords: Guard archival memorial. Post-custodialismo. Digital preservation. Memorial network Pernambuco (RMP).

1 INTRODUÇÃO

"Saber é poder" (CHAUI, 2010) foi uma abstração que se tornou senso comum, prenúncio de uma regra – axioma social – à medida que validou a expansão do conhecimento como ideal humano, desde as primeiras práticas individuais e coletivas mesmo antes de se tornar utopia hegemônica, na Modernidade. Reflexão como a citada vem transformando, por meio de processo contínuo, experiências em memórias, que contextualizadas emergem como conhecimento ao longo da existência humana. Essa aptidão fisiológica humana reflete-se, mais veloz, na contemporaneidade, pelo quantitativo de artefatos tecnológicos disponíveis e possibilita a redução do tempo para habilitação dos processos cognitivos. A "desmaterialização do documento e partilha dos saberes no ciberespaço" (HOLANDA, 2012) são, portanto, ocorrências peremptórias dessa realidade social efervescência de produção e armazenamento de informação, balizadas pelo limite do conhecimento humano. Mas qual o limite do conhecimento humano?

É pressuposto elencado nessa análise que o sistema biológico humano tem por natureza fisiológica habilitar o indivíduo à construção de ferramentas – "técnica e lógica"

(GALINDO, 2009) – que possibilitam, otimizando estrategicamente a evolução de a espécie, o caminhar da existência humana das cavernas, à realidade nos sítios virtuais, contemporaneamente. Ratifica-se que o desejo humano por conhecimento é anterior ao ideal moderno, não constitui novidade, se encontra na natureza evolutiva do ser humano, por entre os nós da "teia da vida". "Na aventura humana [...], com os primeiros descendentes humanos dos símios antropóides, [...] por volta de 2 milhões de anos atrás [...]. Era o *Homo habilis* (ser humano habilidoso)" (CAPRA, p. 203 - 205).

Como objetivo geral, esse artigo visou qualificar recortes de fenômenos sociais que podem categorizar algumas naturezas de prática de custodial memorial arquivística situada, não raro, entre ação de guarda para colecionar, ou para esquecer, em detrimento da guarda compartilhada voltada à lembrança e ao acesso. Por objetivos específicos, o estudo identificou permanências de prática de guarda "danosa", verdadeiras "Tragédias da Memória" (GALINDO, 2005, p. 4), como ações que levam esquecimento aos estoques de informação memorial arquivística e também explorou algumas concepções de "outra", ou "nova" possibilidade de custódia, por meio do conhecimento da *práxis*, epistemologia e antologia da Rede de Cooperação Interinstitucional Memorial Pernambuco.

Esse estudo é um recorte de pesquisa de mestrado desenvolvido na Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPG CI UFPE) que analisou algumas ocorrências da realidade de guarda de registros memoriais arquivísticos como prática social historicamente construída.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa qualitativa ao descrever os significados de uma realidade com objetivo de qualificar parte deles amplia o conhecimento sobre os fenômenos sociais de guarda memorial, em tela. Assim, o estudo adota a concepção construtivista social balizando-se por Creswell (2010) quando o autor pressupõe sentido às práticas coletivas de *vida e trabalho.* Esse entendimento foi alocado na pesquisa à medida que os sujeitos e as instituições, por meio de suas respectivas competência, habilidade e autoridade interagem no fenômeno social de preservação de um bem arquivístico memorial em Pernambuco.

> Os indivíduos desenvolvem significados subjetivos de suas experiências, significados dirigidos para alguns objetos ou coisas, (...) levando o pesquisador a buscar a complexidade dos pontos de vista em vez de estreitá-los em algumas categorias ou ideias. (CRESWELL, 2010, p. 31).

As reflexões sobre método de pesquisa de Richardson (2011) também corroboram a categorização dessa pesquisa a partir do contexto de que a análise de uma realidade valida-se por meio de uma abordagem qualitativa, pois é a "forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social" (RICHARDSON, 2011, p. 79). Os dados foram tratados pelo crivo da análise de conteúdo segundo Bardin (2009), pois o que interessou da coleta nem sempre esteve explícito, não raro foi o tudo não dito, mas passível de ser interpretado, pois "por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar" (BARDIN, 2009, p. 17). A autora pode ser ratificada e resignificada – expondo o contexto interdisciplinar dessa pesquisa – pelo uso nessa pesquisa da abordagem sociocognitiva de Hjørland (2000) quando reflete a concepção de documento – recurso informacional – como conhecimentos em potência.

Essas estratégias de fundamentação teórica metodológica serviram para ampliar o conhecimento da complexidade do objeto, frente às filigranas dos eventos e ocorrências possíveis na realidade de guarda memorial arquivística. O *corpus* da pesquisa foi por escolha intencional, "seleção intencional das fontes" Creswell (2010, p. 212) e os resultados da pesquisa, assim, foram estruturados pela "triangulação didática" da análise de conteúdo das informações coletados nas entrevistas (instrumento de pesquisa de dissertação de mestrado), nos documentos midiáticos e normativos, na revisão bibliográfica e na construção hermenêutica desse estudo.

É relevante dizer que os fragmentos de entrevistas utilizados no presente artigo é uma amostra, pois fazem parte de um universo de pesquisa maior que compôs o trabalho de dissertação (SANTOS 2015). Sendo a escolha dos entrevistados não aleatória, os sujeitos escolhidos, em número de quatro, ou são gestores de memória que estão ligados às instituições partícipes da Rede Memorial Pernambuco[2], ou são profissional envolvido em projeto de resgate de massa documental e gestão de estoques de informação (BARRETO, 2000). Em síntese são atores sociais ligados ao tema – problema da pesquisa, seja pela afinidade disciplinar com os registros memoriais, seja pela representatividade sociopolítica em lugares de memória arquivística. O modelo de entrevista adotado foi aberto e não estruturado (CRESWELL, 2010), essa categoria de entrevista possibilitou liberdade narrativa aos entrevistados frente à constituição de suas próprias reflexões. Quanto ao quantitativo da

[2] Rede Memorial Pernambuco (RMP): A RMP não se constitui como ente físico, suas referências voltam-se uma representação existencial estratégica de colaboração interinstitucional fundamentada por princípios teóricos metodológicos registrados na Carta do Recife (http://redememorialpernambuco.blogspot.com.br/p/carta-do-recife.html). A Rede Memorial Pernambuco desponta hoje como modelo possível de gestão memorial arquivística com lastro nacional e competência legitimada pelo aporte teórico, tecnológico e prático que adota para colaborar com as instituições memoriais partícipes que, em fato, são referências memoriais deste Estado.

amostra pode, a primeira vista, parecer reduzida, mas, "a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial" (BARDIN, 2009, p.123).

Apesar da qualificação dos entrevistados, por suas competências profissionais e formação continuada, suas identidades foram preservadas nos fragmentos de citações dos resultados dessa análise. O tempo de gravação das entrevistas foi de 4h17min02seg, o que deu mais de 1h para cada entrevista. Durante as entrevistas fez-se interferência, sempre que preciso, por meio de "guias-temáticos", adotando-os como catalisadores, para prevenir fuga à problematização (Vide tabela 1).

TABELA 1 - SÍNTESE DOS GUIAS TEMÁTICOS

GUIAS TEMÁTICOS	
TEMAS	**SÍNTESE**
1. Gestão arquivística memorial	**Saberes, ou visão lógico-pragmática acerca dos conceitos e parâmetros adotados pelo entrevistado, frente suas vivências e *praxis* a partir do testemunho.**
2. Prática profissional de guarda de registro memorial	**Exercício efetivo de prática de guarda memorial do entrevistado seja como gestor, usuário, ou pesquisador.**
3. Prática institucional de guarda de registro memorial	**Reflexões críticas de cada entrevistado sobre o acervo que lhe é pertinente.**
4. Instituição e registro de memória e valor social da informação	**A aplicação na realidade da teoria absorvida por cada entrevistado frente as suas competências.**
5. Instituições arquivísticas memoriais frente às demandas sociais de uso e acesso a informação	**Conhecimento do entrevistado sobre direito de acesso à informação e a articulação desse saber com a normativa arquivística.**
6. Uso de novas tecnologias	**Perspectiva desse fenômeno social na realidade de cada entrevistado, contextualizando, se possível, com a Resolução 31 do Conarq.**
7. Prática arquivística pós-custodial: Rede Memorial Pernambuco	**Reflexões do entrevistado sobre o conceito de rede de colaboração memorial, em especial a Rede Memorial Pernambuco.**

A revisão bibliográfica fundamenta e alinhava as concepções do paradigma moderno da arquivologia, sem pretender atar-se apenas nesse saber, e os desdobramentos deste numa realidade de pós-custodia. Abstrações dessa conjuntura têm como pressupostos concepções interdisciplinares (vide tabela 2) e para ratificar essa hipótese o estudo foi lastreado por

teóricos como: Cook (1998), Fonseca (2005), Silva *et al* (2009), Ribeiro (2014), Galindo (2005, 2009, 2014) e Holanda (2012). A análise utiliza também à Teoria da Complexidade com Capra (2013), Morin (2011), Prado (2014) e Torres (2014) para alargar do entendimento da realidade observada. Essa estratégia de análise torna-se pertinente frente à subjetividade dos processos sociais envolvidos e pela natureza de crise dos estoques de informação memorial (BARRETO, 2000). Foi utilizado ainda às acepções do pensamento sistêmico com Vasconcelos (2013), Uhlmann (2002), Kasper (2000) e Bertalanffy (2012) à medida que se reflete sobre "novos" saberes aos domínios da memória, a partir da ideia da guarda dessa informação em "sistemas memoriais" (GALINDO, 2014).

Os métodos de análises desse estudo, assim, atam-se aos objetivos, por meio dos instrumentos de investigação supracitados exploraram o significado do fenômeno social dotando de sentido os dados coletados e, subsidiado pelos resultados, descortinam nova perspectiva de realidade memorial à moda da preservação memorial em rede de cooperação, mais especificamente, a Rede Memorial Pernambuco.

TABELA 2 – SÍNTESE DAS TEORIAS DE REFERÊNCIA

TEMAS	TÓPICOS/CONTRIBUIÇÕES	FONTES/REFERÊNCIA
Teoria da Complexidade	**Conceito** **Característica** **Análise histórica** **Perspectiva paradigmática** **Perspectiva epistemológica**	**Capra (2013)** **Morin (2011)** **Prado (2014)** **Torres (2014)**
Pensamento Sistêmico	**Conceito** **Característica** **Análise histórica** **Perspectiva paradigmática** **Perspectiva epistemológica**	**Bertalanffy (2012)** **Kasper (2000)** **Uhlmann (2002)** **Vasconcelos (2013)**

3 TRAÇOS CULTURAIS DA GUARDA MEMORIAL ARQUIVÍSTICA NA CONTEMPORNEIDADE

O conhecimento – como matéria produzida pela razão – foi natureza de iluministas como Bacon (1561 – 1629) e solidificou a construção do homem na modernidade ocidental tendo o saber como motor ao poder. Nesse "regime de historicidade" (HARTOG, 1996) o "conhecimento científico daria ao homem poder sobre a natureza" (VASCONCELOS, 2013, p. 60) e a visão de mundo não se faria apenas pela necessidade curiosa dos seres humanos

pelo saber, mas para atender demandas sociais políticas e econômicas vigentes. A busca por saberes formalizados, nos séculos XVII, XVIII e XIX, – fundamentou-se na "Teoria para o Progresso" para forjar o projeto de conquista e desenvolvimento humano para: controle da natureza, produção em larga escala de bens e serviços e estímulo ao consumo. Era necessário, destarte, ter autoridade – domínio – sobre as informações produzidas para guardar registros, preservar informação e produzir conhecimento. A larga produção de registros do conhecimento científico, como lastro da sociedade moderna, fez emergir – em profusão – demanda pela informação contida nos documentos arquivísticos. Arquivistas, bibliotecários, historiadores, não raro, todas as competências em um só profissional – tido como o "guardião" dos registros do conhecimento – passam a representar a erudição, tornam-se os custodiadores da matéria prima do conhecimento científico.

Esses protetores do saber formal tecem-se como representação social, contextualizados com Reforma Protestante; a "Revolução de Gutemberg" – tempo da Bíblia de 42 linhas, das oficinas e corporações dos tipógrafos da Mongúncia da (LYONS, 2011, p. 55-59) – e da Contra Reforma. Foi à temporalidade das Histórias intocadas dos monastérios da Idade Média tornaram-se "reveladas", pois: "desse momento em diante, a caça aos documentos da história eclesiástica incrementou-se, com alegria atiram-se a elas os eruditos" (GLÉNISSON, 1977, p.88).

A Era Moderna inaugurou uma nova missão à instituição arquivo, entendendo-se, arquivo, como uma extensão da burocracia do Estado laico e, dessa realidade de guarda demandou-se ordenação e controle estratégico da matéria do arquivo – os registros – como fonte as pesquisas. Nunca é demais reiterar que essa conjuntura ganhou rigor científico, no fim do século XIX, com a publicação do. Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, da Associação de Arquivistas Holandeses. Essa obra é tida como "clássico" da arquivologia, "marco inaugural do que se poderia chamar de uma disciplina arquivística, como campo autônomo do conhecimento" (FONSECA, 2005, p. 32).

Destarte, por natureza o arquivo pode ser conceituado como "princípio" – *arkhê* – (DERRIDA, 2001), situa-se como lugar de guarda onde se depositavam registros das práticas humanas na antiguidade, "pois não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem certa exterioridade, não há arquivo sem exterior". (DERRIDA, op.cit., p. 22). Nesse contexto de tempos moderno que o arquivo passou a agregar também o "valor secundário da documentação" (SILVA, 2009, p. 95). Assim, os recursos de informação (HJØRLAND, 2000, p. 35) arquivísticos: arquivo e documento saíram do status de

informação – *in* natura –, matéria para ser guardada, esquecida, ou silenciada, e se torna conhecimento científico em potência.

A arquivologia apesar de habitar um lugar de disciplina auxiliar – subordinada à História – tornou-se domínio de privilegiados, frente às dinâmicas de controle social vigente. Revestiu-se de prestígio e autoridade, mas também provocou ações destoantes e premonitórias à natureza de um arquivo, pois, "o Iluminismo deu veste cultural à Arquivística foi também germe de consideráveis desvios" (SILVA, 2009, p. 96). O Arquivo moderno funda-se "guardião" das representações administrativas dos Estados-Nações, laboratório às substâncias da História apesar de se expor como instituição aparentemente "neutra". Assim, como um local para guardar "essências", tesouros e segredos o arquivo constituiu-se como braço dos Estados Nacionais, mas nem sempre acompanhou às dinâmicas e ressignificações de percurso da sociedade até a contemporaneidade.

O que impulsionou à arquivística na modernidade como campo profissional e "disciplinar", também a conduziu para um "fazer" desarticulado de uma possível discussão epistemológica sistêmica, persistindo a cultura do "saber-fazer", a partir da natureza de cada instituição. As reflexões de Cook (1998) podem corroborar o exposto, pois: "os princípios tradicionais da arquivísitica derivaram quase que exclusivamente das experiências pessoais dos autores (do manual holandês- grifo nosso) como os custodiadores dos arquivos institucionais do governo e dos problemas com que se defrontavam na organização e descrição de tais documentos" (COOK, 1998, p. 133).

A crise da Modernidade não desconstruiu os processos culturais vigentes, consolidando outros, ainda persistem e se mesclam às práticas sociais da contemporaneidade, ações individuais e coletivas do tempo em xeque. Desdobrando-se a questão para o âmbito da cultura de guarda arquivística memorial observa-se que não houve a eliminação do velho paradigma – custodialista –, por um novo. Ocorreram descontinuidades de alguns processos sociais, e, a ressignificação de outros, modelados por abstrações humanas pertinentes à conjuntura vigente, pois "o modernismo tem sido a ampliação esquizofrênica da transformação de pedras, plantas e animais em produtos do homem e em sua civilização moderna" (BUARQUE, 2014).

É relevante dizer que os entrevistados selecionados no âmbito da gestão de estoques memoriais, descobriram-se em totalidade historiadores. Essa observação à primeira vista pode suscitar conflito, mas propõe contexto interdisciplinar à realidade à medida que houve trânsito entre saberes afins pela competência em História, seja pela formação continuada em curso de Pós-graduação Ciência da Informação (CI). Diz uma gestora: *aqui mesmo, eu tenho mestrado*

em CI, mas não tenho doutorado. Estou buscando isso. Acho que a capacitação é muito importante para que as pessoas, primeiro saibam o que fazer e tenham consciência de como fazer, depois saber onde e como buscar os conhecimentos necessários.

Em contraponto, mas na mesma realidade, vêm à tona permanências custodialistas "danosas" à memória que por costume, ou concessão, impõem atuação profissional a quem da práxis e epistemologia arquivística na gestão de um estoque memorial, seja por descaso, seja pela não compreensão da natureza de um arquivo hoje. "Há tempo, um ilustre escritor foi convidado para dirigir o Museu Nacional de Belas Artes (Brasil- grifo nosso) e, ao saber que não teria carro oficial, recusou o cargo" (GASPARI, 2015).

Abstrai-se também como, politicamente, os recursos memoriais são entendidos por meio do seu valor de bens patrimoniais a serem protegidos e partilhados, pela sociedade. Agrega-se à reflexão o pressuposto de que não é senso comum tal reconhecimento, pois é campo de produção de conhecimento e aprendizado afeito aos domínios da memória. São os cientistas que, interdisciplinarmente, devem travar essa cruzada, militar para alargar o entendimento de consciência cultural que protege e valoriza a memória como valor patrimonial das sociedades. Destarte, observa-se que é necessário o comprometimento efetivo dos que possuem fé de ofício, "esforços da arquivística centrada na formação da memória da sociedade" (COOK, 1998, p.132) e se identifica nesse estudo também, de modo determinante, a imprescindível presença do Estado como gestor maior.

Das discussões acima é possível ter como desdobramento que a guarda memorial arquivística não tem tido prioridade nas agendas governamentais. Contudo, tem-se como resultado de análise documental que houve mudanças no tratamento dessa questão cultural no âmbito da governança nacional, pois, identifica-se que no Brasil os investimentos para preservação arquivística memoriais acenderam nos últimos anos. Segundo documento institucional de levantamento técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na última década os financiamentos para cultura no âmbito da preservação de acervos memoriais cresceram (BALBI, *et. al*. 2014).

No caso do BNDES, esse novo panorama de ação política positiva vem decorrendo da aprovação de projetos, via seleção pública e da progressão de valores monetários oferecidos pelas "operações não reembolsáveis para economia da cultura" (BALBI, *op. cit*.). Há como observação de pesquisa dados que apontam nessa "nova" realidade a percepção, ou sensibilização do "gestor maior" da memória nacional também por meio do Ministério da Cultura (Minc), em realce, via Edital Afro-brasileiro (2014). Essas ações estão longe do caráter de proteção, amparo e seguridade pertinentes aos entes memoriais nacionais, mas são

passíveis de abrirem jurisdição, pois: *o que eu vejo* (diz uma gestora – grifo nosso) *nessa questão de nova realidade do Brasil são os editais, que antes não existiam. Depois da Lei Sarney você vê a questão de investimento do BNDES, da Petrobras, da Caixa Econômica, o Itaú Cultural, Vê toda uma questão de política cultural no país. É uma realidade que eu tenho visto crescer. O próprio FUNCULTURA em Pernambuco apesar de ter só uma linhazinha* (para arquivo- grifo nosso) *existe.* Conclui a especialista: *mas também é necessário que as pessoas exijam da FUNDARPE que melhore essa linha de financiamento para a questão do arquivo, não é?*

As análises postas abrem ao entendimento de que, concomitante as parcimoniosas políticas públicas descritas, às práticas arquivísticas custodialistas são dinâmicas também em curso. Expressam-se como conjunto de fenômenos sociais que atua de forma não linear, em processo contínuo e, raramente, conduzem à informação memorial via fluxo colaborativo, interoperativo e acesso multiusuário. Há, portanto, a permanência do custodialismo em trânsito com modelo pós-custodial de expertise técnica e lógica de preservação memorial como o caso da RMP.

É testemunho: *a questão do profissional, a capacitação de pessoas para trabalhar nessas áreas* (acervo memorial- grifo nosso)*, a questão da tecnologia é uma coisa muito séria. Se gasta muito dinheiro fazendo o mesmo serviço, com práticas mal elaboradas, sem um padrão. Então, são várias coisas que passaram a ser discutidas como problemas comuns* (às instituições - grifo nosso). *O que fazer? Iríamos ficar de braços cruzados? Cada um trabalhando em sua própria instituição, o tempo passava, um conseguia uma coisa, ou outra, mas no todo, ficava a mesma coisa. E se passou a pensar na criação da Rede Memorial, que iniciou em Recife – PE.*

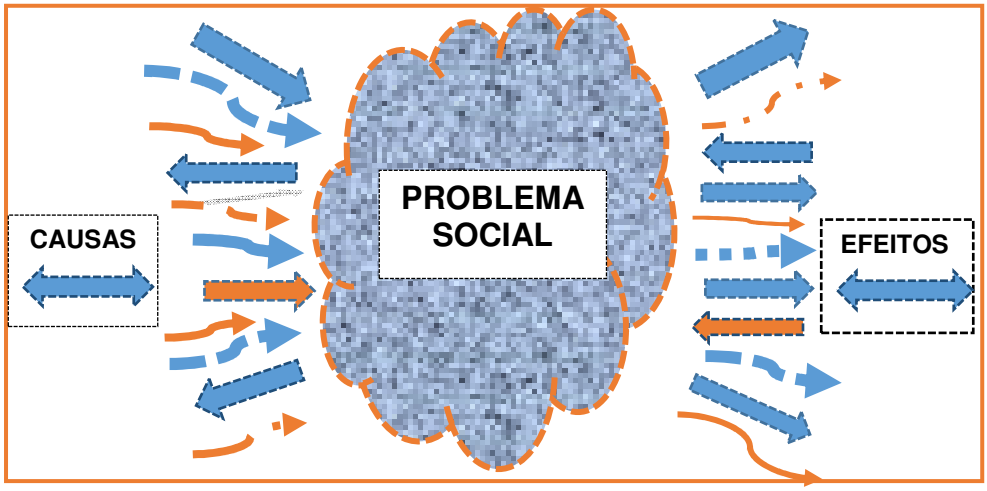
As reflexões emergiram como produto da análise e aponta leque de <u>causas-efeitos</u> que traça um horizonte de crise agravada pela natureza custodialista da *praxis* de guarda memorial arquivísitica, ainda impregnada da epistemologia historicista. A emergência dessa discussão é real e clama por diálogo interdisciplinar, por entre as fronteiras das ciências do conhecimento, como a CI e a arquivística. No âmbito da guarda memorial arquivística esses campos científicos vêm ponteando “outros” e “novos” contextos de epistemologia e praxis frente à possibilidade de uma gestão memorial compartilhada, interoperativa e mais segura às vicissitudes humanas e causas naturais.

4 UMA DISCUSSÃO POSSÍVEL: REDE MEMORIAL PERNAMBUCO.

Uma existência em crise, como se expõe a realidade de preservação memorial arquivística em Pernambuco, precisa ser tratada por meio de um "regime de exceção" (GALINDO, 2014), reitera-se, que com mudança de paradigma cultural por meio de enfrentamento do contexto de obsolescência para algo inusitado, como planejamento estratégico para se ter perspectiva de onde, e como, minimizar as causas.

Trabalhar uma crise, portanto, é ter em mente que uma realidade não se resume a uma relação de monocausalidade – causa e efeito - e sim um estado entrópico e pluricausal, de causas-efeitos (*vide* Figura 1). A relação monocausal, mais à superfície, tece respostas simplistas, mas "o que ocorre com mais frequência na realidade são os efeitos de múltiplas interações" (TÔRRES, 2005, p. 6). As máximas simplistas de vamos digitalizar[3] tudo e "desafogaremos o arquivo", ou: "falta espaço" para guardar determinada massa documental e por isso é preciso descartar, mesmo quando está explícito que a instituição tem outras possibilidades, não constitui uma estratégia de preservação. Em fato corrobora que: *ao impossível ninguém é obrigado, mas alpendre com prateleiras de cimento ela* (instituição judiciária – grifo nosso) *pode pagar.* Esse fragmento de narrativa é a fala de um dos entrevistados quando analisava a gestão documental de determinada instituição judiciária de âmbito federal.

Figura1 - Diagramação da relação probabilística não linear de causas-efeitos frente à complexidade da ocorrência de um problema social na contemporaneidade



Fonte:Adaptado de Maximiliano (2011) e Tôrres (2005).

[3] Dentro dessa discussão de preservação digital é relevante dizer que como ainda é uma realidade ainda sem conhecimento alargado pelos profissionais que se aventuram nas atividades arquivísticas boa parte dos projetos de guarda não segue nenhum parâmetro, com vistas curatotial digital.

A realidade social tem natureza complexa, em crise os efeitos são potencializados e requerem atitudes planejadas, pensadas estrategicamente, não apenas abrandadas com ações de resgates. A militância no âmbito de ações de salvaguarda é sempre louvável, senão muitas memórias já teriam sido esquecidas. Mas, historicamente, o custodialismo – entendendo o também como colecionismo – pode ser prática consuetudinária, uso e costume individual ou coletivo, realidade social construída de subjetividades que chega à atualidade como arquétipo de gestão institucional à moda tradicional, risco à memória. Expõe-se, entre rupturas e permanências, em descompasso com a concepção epistemológica pós-custodial imprescindível ao gerenciamento de uma memória arquivística. "É, sobretudo, com mais frequência do que podemos imaginar a decidida vontade de fazer com que eles (os recursos de memória – grifo nosso), jamais tivessem existido" (POLASTRON, 2013, p. 12).

A reflexão sobre a natureza custodial como uma prática "danosa" à memória é uma realidade contemporânea cujos debates tomam cursos interdisciplinares, balizados na premissa de que: poder de guarda deve ser substituído pela necessidade de difusão e acesso da informação. Essas reflexões sugerem mudança de paradigma vislumbra o fluxo da memória de um contexto de privilégio, exclusivismo, ao uso e aceso da informação de forma democrática. A recuperação da informação através de estratégias técnicas e lógicas é no tempo presente matéria da Ciência da Informação, já que nessa perspectiva disciplinar o valor de um acervo arquivístico, além de sistêmico, é processual. É fluxo que se desloca com os processos de hominização e humanização frente ao desenvolvimento cognitivo, perpassando a subjetividade de cada indivíduo ou coletividade. É memória – informação como fenômeno social – que desde as incertezas da modernidade vem movendo-se da totalidade do conteúdo ao partilhamento social, pois é nesse *lócus* onde se operam as trocas de significados e a produção de conhecimento. É também registro do conhecimento que se transforma em meio e forma a partir do processo de dessacralização, tanto pela perda do valor de chancela da verdade documentada, quanto pela desmaterialização do suporte de impressão e do espaço de guarda.

Registro do conhecimento arquivístico é "saber patrimonial" (HOLANDA, 2012). Esse pressuposto justifica e reitera o diálogo da guarda arquivística memorial pelo crivo da CI, campo produtor de conhecimento onde o conceito de documento é múltiplo e polimórfico, é informação, que fermenta o fenômeno social de guarda arquivística memorial ao modo pós-custodial na contemporaneidade. Desde que a informação passou a referendar os sistemas vivos por códigos, ou signos, desencadeou-se a perspectiva de guarda pós-custodial como realidade social, que não deixa dúvidas sobre a necessidade de se apreciar continuamente o

caráter, a composição e a interferência da informação na vida cotidiana como um direito de todos e dever do Estado.

Há referências de que Terry Cook (1998) foi o pioneiro – "pai" – das reflexões acerca da realidade "pós-custodial" (FONSECA, 2005, p.60), ao discutir o necessário (re) alinhamento da arquivística no tempo presente frente às práticas tradicionais. Suas análises criticizaram o ideal Moderno frente ao paradigma da Pós-modernidade, na instituição "arquivo", no fim do século passado. Abordou o conceito de pós-custodia pela premência do documento eletrônico, pois: "o que se precisa agora é de uma perspectiva teórica bem diferente: já que existem bilhões de séries correntes de registros em multimídia a serem avaliados dentro de organizações instáveis" (COOK, 1998, p. 138). Hoje essa perspectiva já solidificada se lastreia nas discussões teóricas de Ribeiro (2005) e Silva (2009) que também vão de encontro à prática custodialista historicista e possibilitam o alargamento do entendimento da natureza de documento, informação e memória a partir das concepções científicas emergentes da CI.

As reflexões pós-custodiais respondem demandas sociais de um "novo" entendimento de preservação da informação arquivística, nessa conjuntura a produção, conservação, distribuição, acesso e consumo da informação perpassam "novos" conceitos como: velocidade, fragmentação, multiplicidade, desterritorialização, virtualidade, simulação (HOLANDA, 2012). Essas definições colidem com as práticas de custódia arquivísitica tradicional afeitas ao tecnicismo, guarda, colecionismo e subserviência profissional de "disciplina auxiliar" que a arquivologia, não raro, adota, por quase dois séculos.

Um "novo" ou "outro" diálogo possível vem se tornando imperativo, para dar conta de questões pertinentes à realidade custodialista que agudizada, no tempo presente, seja pelo volume de documentos produzidos, pelos critérios técnicos adotados de seleção/avaliação, ou pela perspectiva de acesso à informação como direito do cidadão. Para além de uma existência natural de adversidade dos estoques de memória, o documento tomou diferentes configurações e se tornou informação armazenada em suporte físico, ou não, frente ao desempenho tecnológico do século XX.

> Com efeito, a simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio por em causa a noção estática e clássica de documento como conceito operatório e como objeto de conhecimento e assinalou a entrada dos Arquivos e das Bibliotecas na chamada "era pós-custodial". (RIBEIRO, 2005, p. 80).

As práticas arquivísticas institucionais e a fala dos gestores de memória arquivística qualificam o custodialismo como ação humana presente, apesar da obsolescência declarada

desse. Tem-se relatado o parecer de um profissional da área se conservação documental: *esse acervo deveria ficar guardado até que fosse digitalizado, porque ele está se acabando, daqui a pouco vai cair os pedaços todo.* Com indignação, responde uma gestora, mestre em CI: *ele vai ser sim* acessado (o acervo – grifo nosso) Ele *está aqui para isso, para ser pesquisado, senão prá que eu estou aqui? Para guardar um tesouro dentro de um cofre?*

A apreciação crítica suscita resposta à questão do que impede a adoção de "boas práticas" [4] de guarda arquivística memorial, mesmo diante da nova visão paradigmática de caráter pós-custodial. Insta saber quais os trâmites sociais que, não raro, inviabilizam o cumprimento da função social dos registros de memória. São reflexões que carece alargamento epistemológico que possa dar ao cientista social visão e habilidade para desatar os nós dessa realidade complexa. Para conceder à custódia arquivística memorial fluidez e existência compatível com as demandas sociais vigentes.

A realidade é de emergência paradigmática e de proposituras à nova perspectiva de preservação memorial que, adotando as novas tecnologias, possam clarear os domínios da memória. Foi, portanto, nesse cenário de dificuldades e necessidades – tempos de crise – que se fez o "Momento Zero da RMP" (GALINDO, 2015), quando em 2005 surgiu o Clio, como resultado dos primeiros diálogos entre a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e a UFPE[5]. Foi uma problematização sobre como somar esforços – no âmbito de recursos humanos e tecnológicos – para "juntos" e de forma sistêmica cuidar dos recursos memoriais institucionais do Estado.

O enfoque do texto, assim, buscou alargar os conhecimentos acerca da existência lógica e instrumental da RMP, que mesmo não tendo "natureza orgânica", não sendo um ente institucional, há quase uma década produz ações efetivas na área da preservação memorial (GOUVEIA, *et al*, 2015) ao modo pós-custodial. O não (re) conhecimento pleno da RMP – mesmo no âmbito acadêmico – pode ser sinalizado pela dificuldade e falta de visão na concepção fundante da rede como um sistema aberto. A ideia de memória em rede de colaboração incita reformulação paradigmática e epistemológica e não pode ser adotada sem sair de zona de conforto do *status quo*, sem trabalhar o conflito, sem repartir dúvidas, ou deixar de buscar o bem da coletividade por meio de ações cooperativas. E "cooperação pode

---

[4] A expressão idiomática - "*boas práticas* (de preservação)" - utilizada na pesquisa é o termo adjetivado para fazer a relação com práticas arquivísticas pós-custodial, nas quais se podem identificar técnicas eficazes para contemplar às demandas da guarda memorial na contemporaneidade.

[5] CLIO – gerenciamento de acervos digitais. Disponível em: http://www.liber.ufpe.br/clio/. Acesso em: 24/05/2015.

ser definida, sucintamente, como uma troca em que as partes se beneficiam" (SENNETT, 2012, p. 15).

Esse é um dos fios-guias ontológico da RMP, mas que pode encontra blindagens seja pela natureza (des) habilitada à cooperação do sujeito na contemporaneidade (SENNETT, 2012), seja pelo efetivo (des) conhecimento do que a RMP, pois, *há problemas políticos,* testemunha um entrevistado, que também é partícipe da RMP. Segue narrando: *acho que a questão do conhecimento e a visão do que é (a Rede – grifo nosso). O que é a Rede? A Rede? Está institucionalizada?* A gestora diz que lhe perguntam: o *que isso? Uma reunião para tomar chá e café?* Concluindo seu testemunho, é incisiva: *as pessoas não entendem o que é isso, é tudo muito novo. Ela é nova (a Rede – grifo nosso), a ideia é nova. Ai vai dar um tempo para amadurecer.*

5 RESULTADOS

Os resultados apontam para compreender que os processos culturais da Modernidade não foram desconstruídos com a ocorrência da crise da Modernidade, pois "o modernismo tem sido a ampliação esquizofrênica da transformação de pedras, plantas e animais em produtos do homem e em sua civilização moderna" (BUARQUE, 2014). Há questões universais socioambientais, como a cultural, com representações locais, vistas apenas pelo crivo da política econômica global neoliberal de natureza (a) sistêmica e fragmentada. Não há reflexões conjuntas das nações e governanças para pensarem o ser humano em interação com o ambiente em "ecologia profunda" (CAPRA, 1997, p.25). Essas abstrações podem expor o quão Moderno é o mundo Contemporâneo.

Dessas fundamentações, cultura, como bem patrimonial público, investimento a ser protegido, não tem tido a prioridade necessária nas agendas governamentais. Da análise de conteúdo em documentação institucional identifica-se que no Brasil os investimentos destinados à preservação arquivística memorial acenderam nos últimos anos. Segundo levantamento técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na última década os financiamentos para preservação de acervos memoriais cresceram (BALBI, et al, 2014). Esse "novo" patamar ocorre da aprovação de projetos, via seleção pública, mas também em valor monetário oferecido pelas "operações não reembolsáveis para economia da cultura" (BALBI, op. cit.). Há também o Ministério da Cultura (Minc) com o Edital Afro-brasileiro (2014), destarte, são ações ainda longe do caráter de proteção, amparo e seguridade pertinente aos entes memoriais nacionais.

Concomitante às parcimoniosas, ou ausente, política públicas, às práticas arquivísticas custodialistas são dinâmicas sociais ainda em curso, e transita entre inovação técnica e lógica de preservação memorial da RMP. As proposições vêm também dos fragmentos das entrevistas e identificam um leque de causas-efeitos nessa complexa realidade, na qual a *práxis* de guarda memorial contemporânea impregnada de epistemologia arquivística historicista da modernidade.

6 CONCLUSÕES

Os desdobramentos das análises, sem esgotar os questionamentos propostos, levaram a considerar que os objetivos foram atingidos e contemplaram a qualificação de traços da natureza da realidade de guarda arquivística memorial. A hipótese levantada de que as práticas custodialistas são ações promotoras de esquecimento à memória arquivística foi conhecimento alargado, à medida que o estudo pôde expor uso e costume em comum dos atores desse fenômeno – ao modo moderno - na natureza arquivística. Foi também observado que esse fenômeno social não se expressa de forma homogênea, pois há ocorrências multifacetadas que coexistem na presença de outras práticas, ou, outro modelo de custódia memorial. Os instrumentos de investigação, portanto, mostraram-se eficientes na proposta da análise de conteúdo para que os resultados desse sentido aos significados do *corpus* da pesquisa.

Este artigo, por fim, visou incitar o leitor, especialista, ou não, à reflexão de que o valor da guarda arquivística memorial está na no acesso, realidade possível por meio das práticas de guarda ao modo pós-custodial que transitam enoveladas a uma nova concepção de mundo e de uso de novas tecnologias. A perspectiva foi ir às origens históricas da arquivologia para qualificar o fenômeno, identificando as possíveis causas-efeitos, ou saídas, como a RMP. Também foi observado que a validação da memória como "bem patrimonial" não é senso comum, é campo de abstração, ou de produção de conhecimento e aprendizado afeito aos domínios da memória. São os cientistas que interdisciplinarmente devem travar essa cruzada para alargar a consciência da proteção e valorização da memória com constructo cultural das sociedades. O texto dista-se de uma conclusão pelas problematizações que derivaram da pergunta norteadora, sobre a quem cabe à autoridade de gerenciar um fluxo de informação memorial arquivística? Os resultados deixam evidente que a ação do poder público é característica determinante à persistência dessa realidade de cultura de descaso e omissão para com a memória arquivística e que a concepção de memória disposta em rede de colaboração é uma realidade.

RMP é uma ambiência lógica, portanto, que vem lastreando mudanças culturais no âmbito da guarda arquivística e se deixa refletir como manual às boas práticas de preservação memorial, já que tem como princípio, ou missão "promover cooperação interinstitucional através da realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e informação de interesse histórico, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco" (CARTA DO RECIFE, 2011).

REFERÊNCIAS

BALBI, *et.al*. **O setor de acervos memoriais brasileiros e os dez anos de atuação do BNDES**: uma avaliação a partir da metodologia do Quadro Lógico. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Revista_do_BNDES/201406_01.html Acesso em 08 mai, 2015.

BARDIM, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARRETO, Aldo Albuquerque A. Os agregados de informação: memórias, esquecimento e estoques de informação. **Data Grama Zero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1 n .3, jun. 2000. Disponível em :http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000789&dd1=44786 Acesso: 18 set. 2012.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BUARQUE, Cristovam. **A Morte da Modernidade**. Disponível em:<http://revistasera.info/a-morte-da-modernidade-cristovam-buarque/>. Acesso em: 28 nov.2014.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARTA DO RECIFE. 2011.

CHAUI, Maria Helena. **Filosofia moderna**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/filo_moderna.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2015.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 139-149, 1998.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **A Arquivologia e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GALINDO, Marcos. Domínio da Memória. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 2: o trabalho da informação em instituições culturais: em busca de conceitos, métodos e políticas de preservação. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

_____. Memória em sistemas complexos. 2014. No prelo.

_____. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Org.). **Inovação cultural, patrimônio e educação.** Recife: Massangana, 2009. p. 251-264.

GALINDO, Marcos. Tragédia da Memória. **Massangana,** Recife, v. 2, n.1, p. 57-62, 2005.

GASPARI, Elio. A ruína dos museus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jan. 2015. Coluna Elio d. Disponível em:< http://oglobo.globo.com/brasil/de-figueiredoorg-para-dilmagov-15085518> Acesso em: 20 jan. 2015.

GOUVEIA JUNIOR *et al*. A Missão da Rede Memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 21, n. 1, jan./abr. 2015.

GLÉNISSON, JEAN. **Iniciação aos estudos históricos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel. 1977.

HARTOG, François. **Regime de Historicidade** [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_%281%29.pdf, Acesso em: 06/05/2015.

HOLANDA, Lourival. **Memória**: multiplicidade e permanência. 2012. Disponível em:<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/IRIS/article/view/7/12>. Acesso em: 10 jan. 2013.

HJØRLAND, Birger. Documents, memory institutions and a Information Science. **Journal of Documentation**, vol. 56, n. 1, p. 27-41, Jan. 2000. Disponível em:<http://www.aslib.co.uk/aslib>Acesso em: 10 jan. 2013.

LYONS, Martyn. **Livro**: uma história viva. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

MCMURTRIE, Douglas C. **O Livro**. 2. ed. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian. 1982.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011, p. 305 – 351

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Lisboa: Porto Alegre: Sulina, 2011.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília, D.F.: Briquet de Lemos, 2006.

POLASTRON, Lucien X. **A História da destruição sem fim das bibliotecas**. Tradução: Léo Schlafman. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

RIBEIRO, Fernanda. **Os Arquivos na era pós-custodial**: reflexões sobre a mudança que urge operar. 2005. Disponível em:< http://hdl.handle.net/10216/14000>. Acesso em: 2 dez. 2014.

_____. **Gestão da informação/preservação da memória na era pós-custodial**: um equilíbrio precário. 2005. Disponível em:<http://hdl.handle.net/10216/39365>. Acesso em: 9 jun. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al*. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Valéria J S. **Memórias da luta no Campo**: gestão da informação memorial em Pernambuco.2015. Dissertação (Mestrado) - PPG CI UFPE, Recife, 2015.

SENNETT, Richard. **Juntos**. Rio de Janeiro:Record, 2012.

SILVA, Armando Malheiro *et al*. **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009. v. 1.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TÔRRES, José Júlio. **Teoria da Complexidade**: A Nova Ciência. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g32M7Q-cNo4. Acesso em: 20/05/2014, as 11hs55min.

TÔRRES, José Júlio. **Teoria da complexidade**: uma nova visão de mundo para a estratégia. I EBEC – PUC/PR – Curitiba, PR, Brasil, 11,12 e 13 de julho de 2005. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/TORRES-Teoria-Da-Complexidade-e-Estrategia.pdf. Acesso em: 30/06/2014, as 17hs10min

UHLMANN, Gunter Wilheim. **Teoria Geral dos Sistemas**: do atomismo ao sistematismo. uma abordagem sintética das principais vertentes contemporâneas desta Proto-Teoria. Versão Pré-Print. São Paulo, 2002.

VASCONCELOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. 10. ed. Campinas: Papirus, 2013.